

Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

(Em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1. Contexto operacional

A **Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.** denominada “Companhia” é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua dos Pinheiros, nº 1.673, 12º andar, Ala Norte, Sala II, Pinheiros, autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), tendo como principais objetivos a administração de recursos de terceiros, administração de fundos de investimento, prestação de serviços de consultoria e assessoria financeira e serviços relacionados com o mercado de capitais e tem como acionista a Sul América Companhia de Seguro Saúde (CIA. SAÚDE), que detém 49% da participação, e a controladora direta EMABE Participações S.A. (Emabe), sociedade holding de controle dos antigos controladores da Sul América S.A. (SASA), por meio do usufruto de 51% das ações ordinárias instituído pela CIA SAÚDE.

Os Administradores da Companhia informam que estas demonstrações financeiras estão sendo divulgadas em conformidade ao artigo 294 da Lei nº 6.404/1976, com redação dada pela Lei Complementar nº 182/2021, que permite as companhias fechadas com receita bruta anual de até R\$78.000 realizar suas publicações previstas de forma eletrônica na Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED.

1.1. Associação SulAmérica e Rede D’Or

Em 23/02/2022, a SASA, então controladora indireta da Companhia e a Rede D’Or São Luiz S.A. (“Rede D’Or”) informaram aos seus respectivos acionistas e ao mercado em geral que celebraram, nesta data, após as devidas aprovações de seus Conselhos de Administração e opinião favorável do Conselho Fiscal da SASA, o Acordo de Associação e o Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação da SASA pela Rede D’Or (“Protocolo e Justificação”), por meio dos quais acordaram os termos e condições de uma operação de combinação de negócios entre as duas companhias, com a unificação de suas bases acionárias, por meio da incorporação da SASA pela Rede D’Or, (“Operação”), nos termos dos artigos 223 a 227 da Lei nº 6.404/1976 e da Instrução CVM 565/2015, resultando (i) na extinção da SASA, que será sucedida pela Rede D’Or em todos os seus bens, direitos e obrigações; e (ii) no recebimento, pelos acionistas da SASA, de novas ações ordinárias de emissão da Rede D’Or em substituição às ações ordinárias ou preferenciais da SASA aos titulares na data de consumação da Incorporação (“Acionistas SASA”).

A Operação engloba dois líderes do mercado de saúde no Brasil, juntando a maior rede hospitalar a uma das principais seguradoras independentes do País. A combinação entre as companhias baseia-se em fundamentos estratégicos para expansão e alinhamento dos seus ecossistemas de saúde, incluindo os negócios de saúde, odontológico, vida, previdência e investimentos, em favor de todos os clientes, beneficiários e parceiros de negócio.

A Operação estava sujeita a condições precedentes previstas em contrato e às aprovações das Assembleias Gerais das duas companhias e seus órgãos reguladores competentes.

Em 14/04/2022, a Operação foi submetida e aprovada pelas Assembleias Gerais da SASA e da Rede D’Or.

Em 10/08/2022, a Operação foi aprovada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Em 07/11/2022, a Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) decidiu pela aprovação da Operação sem restrições. Esta decisão foi publicada no dia 08/11/2022, quando se iniciou o prazo de 15 dias para eventuais manifestações de terceiros ou avocação do Tribunal do CADE. Após manifestações de terceiros interessados, em 14/12/2022 ocorreu a sessão de julgamento em que o Tribunal do CADE aprovou, sem restrições, a Operação.

Em 19/12/2022, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aprovou, com restrições, o pedido de aprovação prévia relativo à transferência do controle acionário das sociedades controladas pela SASA para a Rede D’Or, no contexto da Operação.

- Abstenção de representante da Rede D’Or no Conselho de Administração da Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. (Qualicorp) em voto de deliberação exclusivas de assuntos das operadoras do Grupo SulAmérica;
- Não comercialização exclusiva pela Qualicorp dos produtos do Grupo SulAmérica e nem dos produtos do Grupo SulAmérica exclusivamente pela Qualicorp;
- Realização de medidas de saneamento econômico-financeira de controlada do grupo; e
- Monitoramento da operação por 2 anos a partir da data de sua aprovação.

Em 20/12/2022, os Conselhos de Administração de ambas as companhias se reuniram e, diante do (i) implemento das condições precedentes aplicáveis, e (ii) da aprovação do Conselho de Administração da SASA de constituição pela CIA. SAÚDE de usufruto sobre os direitos de voto de 51% das ações ordinárias de emissão da Companhia em favor da Emabe. com vigência atrelada à obtenção da aprovação da Operação pelo BACEN, autorizaram a imediata consumação da Operação.

Uma vez implementada e concluída a Operação, portanto, os Acionistas SASA migraram para a base acionária da Rede D'Or, que segue como uma companhia aberta listada no Novo Mercado da B3 – Bolsa, Brasil, Balcão. A Rede D'Or, por sua vez, assumiu o controle das sociedades atualmente controladas, direta ou indiretamente, pela SASA.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e incluem a legislação societária, as normas e instruções do BACEN e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pelo BACEN e estão sendo apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Adicionalmente, as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas conforme determinado pela Resolução BCB nº 2/2020 e Resolução CMN nº 4.818/2020, que entraram em vigor a partir 01/01/2021.

O Conselho de Administração aprovou a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 28/03/2023.

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1. Resumo das práticas contábeis

As práticas contábeis mais relevantes adotadas são:

- O resultado das operações é apurado pelo regime de competência;
- Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente;
- Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contrato; e
- Os créditos tributários não são ajustados a valor presente.

3.2. Ativos financeiros circulantes e realizáveis a longo prazo

3.2.1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Rendimentos, valorizações e desvalorizações desses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado.

Certos títulos e valores mobiliários podem ser classificados nessa categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos documentada.

Em 31/12/2022 e 31/12/2021, a Companhia não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

3.2.2. Títulos e valores mobiliários disponíveis para a venda

Títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias “mensurados ao valor justo por meio do resultado”, “mantidos até o vencimento” ou “empréstimos e recebíveis” são classificados como “disponível para venda” e contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, reconhecidos no resultado. Valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas ou o valor recuperável apresenta redução, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido.

3.2.3. Mantidos até o vencimento

Títulos e valores mobiliários que a Companhia possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado.

3.2.4. Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados pelas contas a receber, mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável.

3.3. Investimentos – participações societárias

Reconhecidos inicialmente pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, combinado com o fato que as participações acionárias em coligadas e controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

3.4. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras.

O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos em até 05 anos.

Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

3.5. Provisões para ações judiciais

A Companhia constitui provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de processos judiciais cíveis, trabalhistas ou processos judiciais de natureza fiscal. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelos consultores legais independentes, acompanhada pelo Departamento Jurídico interno e pela Administração da Companhia.

3.5.1. Cíveis e trabalhistas

No caso dos processos judiciais cíveis, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia e cujo pedido é recorrente e relacionado ao negócio, adicionalmente à estimativa do valor e classificação do grau de risco, os valores de provisão são constituídos tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores despendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de probabilidade de perda e o desembolso financeiro.

Caso o processo judicial cível seja classificado como especial, ou seja, possuir pedidos e valores não usuais, de acordo com as regras estabelecidas na Política de Processos Especiais da Companhia, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, sendo mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais. Ressalta-se que, dada a individualidade e particularidade destas ações, não é possível basear as provisões nos valores já despendidos em outros casos.

A partir de outubro de 2017, todos os processos trabalhistas passaram a ser classificados como especiais em razão da realização de acompanhamento diferenciado e minucioso de cada processo, portanto, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais, por pedido.

Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais. Os processos cíveis são atualizados mensalmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), com incidência de juros de 10,58% ao ano (10,79% em /2021). Já os processos trabalhistas são atualizados considerando o índice de correção monetária individualizado por processo, de acordo com as regras de modulação estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Neste caso, os processos podem ser atualizados apenas pela Taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), ou pelos índices Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) ou Taxa Referencial (TR), com incidência de juros de 10,58% ao ano (10,79% em 2021). Os processos previdenciários, por sua vez, são atualizados apenas pela SELIC.

As provisões para processos judiciais e os honorários de sucumbência, referentes às causas de natureza cível, assim como as trabalhistas, estão contabilizados no passivo não circulante na rubrica “Outras obrigações - provisões”.

Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante, em rubrica própria, e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais cíveis e trabalhistas, pela SELIC para os depósitos previdenciários, conforme legislação vigente.

3.5.2. Fiscais

As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável resultado dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos

processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal são provisionados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, na rubrica de “Outras obrigações - provisões”, no não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados em rubrica própria, no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente.

3.6. Benefícios a empregados

Os benefícios compreendem o Plano de Contribuição Definida, por intermédio do Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), seguro saúde e seguro de vida.

Os custos com o PGBL são reconhecidos nos resultados pelo valor das contribuições efetuadas. Os compromissos com seguro saúde e seguro de vida são provisionados pelo regime de competência, com base em cálculos atuariais, de acordo com o Método da Unidade de Crédito Projetada e outras premissas atuariais.

3.7. Incentivos em ações

A Companhia concedia incentivos em ações da SASA a seus administradores. Os planos eram compostos por outorgas de opções bonificadas, onde o executivo adquiria uma quantidade de ações em tesouraria da SASA, com direito a bonificação. Tanto as ações adquiridas quanto as bonificações de ações possuíam carência, sendo 33% com carência de 3 anos, 33% com carência de 4 anos e o restante com carência de 5 anos.

O valor justo do plano era mensurado pela Companhia com base na última cotação da ação da SASA antes da outorga. Os valores relacionados ao plano de incentivo em ações foram contabilizados na rubrica “Despesas administrativas”, com um correspondente lançamento na rubrica “Outras obrigações – diversas”. Periodicamente, a Companhia reembolsava à SASA pelos incentivos em ações dados a seus executivos (vide nota 12.2).

Em 23/12/22, o plano foi encerrado em função da conclusão da combinação de negócios entre a SASA e a Rede D’Or, conforme citado na nota 1.1.

3.8. Dividendos

Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O Conselho de Administração, ao se manifestar sobre as demonstrações financeiras, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos declarados pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras.

3.9. Estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para instituições financeiras requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e utilize premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos passivos relacionados ao valor do desembolso provável refletidos na provisão para ações judiciais e a apuração do valor justo dos instrumentos financeiros e créditos tributários.

Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos, que porventura surjam são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem.

Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas notas explicativas de títulos e valores mobiliários (nota 5), créditos tributários de impostos e contribuições (nota 7.1) e provisões para ações judiciais (nota 13).

3.10. Depósitos judiciais e fiscais

Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo realizável a longo prazo e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esse ativo são reconhecidos no resultado.

3.11. Normas e interpretações novas e revisadas

3.11.1. Normas Internacionais (IFRS) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeitos ou os efeitos não foram materiais sobre as demonstrações financeiras.

- Imobilizado – Receitas antes do uso pretendido (alterações ao IAS 16) – Em vigor a partir de 01/01/2022;
- Contratos onerosos – Custo de cumprir um contrato (alterações ao IAS 37) – Em vigor a partir de 01/01/2022;
- Resolução CMN nº 4.817, de 29/05/2020 – Critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto – Em vigor a partir de 01/01/2022;
- Resolução BCB nº 33, de 29/10/2020 – Dispõe sobre os procedimentos para a divulgação em notas explicativas de informações relacionadas aos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto pelas instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN – Em vigor a partir de 01/01/2022; e
- Resolução CMN nº 4.924, de 24/06/2021 – Dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidência contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN – Em vigor a partir de 01/01/2022.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2022 e não adotadas de forma antecipada pela Companhia.

Uma série de novas normas estará efetiva para exercícios iniciados após 31 de dezembro de 2022 e não deverão ter um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia ou não são aplicáveis às suas operações:

- Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao IAS 1) – Em vigor a partir de 01/01/2023;
- Políticas contábeis, mudanças nas estimativas contábeis e erros (alterações ao IAS 8) – Em vigor a partir de 01/01/2023;
- Divulgação de políticas contábeis e apresentação das demonstrações financeiras (alterações ao IAS 1) – Em vigor a partir de 01/01/2023;
- Tributos diferidos relacionados a ativos e passivos (alterações ao IAS 12) – Em vigor a partir de 01/01/2023;
- Resolução CMN nº 4.975 de 16/12/2021 – Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN - Em vigor a partir de 01/01/2025; e
- Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021 – Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN – Em vigor a partir de 01/01/2022, em relação ao art. 24, aos arts. 76 a 78 e ao inciso XIX do art. 80, e a partir de 01/01/2025 em relação aos demais dispositivos.

Adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021 (IFRS 09) em 1º de janeiro de 2025.

A Resolução CMN nº 4.966, de 25/11/2021, dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no COSIF em relação aos padrões internacionais.

A maioria dos dispositivos da nova Resolução entrará em vigor em 1º de janeiro de 2025, com algumas ações de implantação e reportes a partir de 1º de janeiro de 2022. A Companhia já iniciou as avaliações de impacto e alterações necessárias para atender sua implementação e sobre a identificação e tratamento dos impactos esperados, os quais serão objeto de divulgação específica nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 76 dessa Resolução.

A Companhia está avaliando internamente as alterações que a nova Resolução traz e projetou a implementação ao longo dos anos de 2022, 2023 e 2024, estando aptas para aplicação a partir de 1º de janeiro de 2025. Abaixo o resumo referente ao plano para a implementação da regulamentação contábil preparado pela Companhia, que foi aprovado pelo Conselho de Administração, em 27/05/2022, o qual ficou à disposição do BACEN até 31 de dezembro de 2022 conforme a Resolução CMN nº 5.019/2022.

Durante 2022, a Companhia efetuou as seguintes atividades dentro do alcance da nova Resolução para a primeira fase de implementação: elaboração e aprovação dos modelos de negócio da Companhia para gestão de ativos financeiros; implementação do teste de SPPI (*Solely Payment of Principal and Interest*), que é um conceito novo trazido pela norma; modelagem de *Impairment*, de acordo com a nova Resolução, nos ativos financeiros e nas contas a receber da Companhia; adequações e atualizações na parametrização contábil dos sistemas; avaliação dos impactos nas demonstrações financeiras; e avaliação dos impactos junto à área de riscos corporativos da Companhia e a outras normas do BACEN.

Considerando as implementações acima, a Companhia realizou uma avaliação inicial do potencial impacto da adoção da Resolução em suas operações e demonstrações financeiras e não identificou impactos significativos até o momento, considerando que as práticas contábeis adotadas pela Companhia já se encontravam, substancialmente, consistentes com os requerimentos pela nova Resolução.

No decorrer dos próximos anos, até a data de entrada em vigor da norma, a Companhia trabalhará com o plano de implementação, considerando as seguintes atividades: conclusão dos ajustes na parametrização contábil; e revisão dos possíveis impactos da implementação.

O CPC ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS, assim como o BACEN, não aprovou todos os pronunciamentos já emitidos pelo CPC. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não

é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

4. Gerenciamento de riscos

O processo de gestão de riscos ("Enterprise Risk Management – ERM") da Companhia tem como finalidade suportar o alcance dos objetivos estratégicos da organização. Este procedimento tem como base identificar potenciais eventos que possam afetar os resultados esperados para os próximos períodos e gerenciar tais riscos garantindo capital adequado para sustentar as operações em cenários inesperados, de acordo com o apetite a riscos vigentes.

A metodologia desenvolvida para o processo de gerenciamento de riscos corporativos busca referências nas melhores práticas internacionais, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e procedimentos definidos em Solvência II. Este processo é executado em fases integradas e contínuas descritas da seguinte forma:

- **Identificação dos riscos**

Processo de identificação e priorização dos riscos que possam afetar os resultados de curto ou longo prazo estabelecidos.

- **Quantificação dos riscos**

Os riscos priorizados são quantificados através de modelagens específicas envolvendo a probabilidade de ocorrência e seus possíveis impactos.

- **Resposta aos riscos**

De acordo com os resultados do processo de quantificação e alinhado com o apetite a riscos vigentes, são elaborados planos de ação de resposta aos riscos.

- **Monitoramento e reporte**

As informações de cada risco e os respectivos planos de ação de resposta são monitorados e gerenciados através de indicadores e relatórios elaborados pela área de riscos corporativos, a qual os reporta à Unidade de Negócio, ao Comitê de Riscos (CoRi), Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos e Conselho de Administração, de acordo com periodicidade mínima pré-definida ou sempre que julgar necessário.

Adicionalmente, a Companhia apura a suficiência do Patrimônio de Referência em relação ao Patrimônio de Referência Exigido, requerido mensalmente pelo regulador.

As diretrizes e o monitoramento do processo de ERM da organização são estabelecidos pelo Conselho de Administração, que também tem como responsabilidade definir o Apetite a Riscos da Companhia. O Apetite a Riscos tem por objetivo criar fronteiras para assunção dos riscos pela Companhia, levando em consideração suas preferências, tolerâncias e limites.

É papel do Comitê de Riscos e da Divisão de Riscos corporativos, reportar ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, na periodicidade definida pelos mesmos, os resultados e desenvolvimentos do programa de gestão de riscos corporativos.

O Gestor de Riscos tem como função ser o ponto focal de todas as ações relacionadas à gestão dos riscos corporativos na empresa além de ser o elo com o regulador cabendo a ele, dentre outras atividades, monitorar e reportar periodicamente ao Comitê de Riscos o perfil de riscos e os níveis de exposição da Companhia.

A área de controles internos sob a responsabilidade do Gestor de Riscos da Companhia tem a função de realizar avaliações contínuas, através de testes de eficácia, para se certificar da presença e do funcionamento dos controles.

O programa de gestão de riscos da SulAmérica está estruturado sob o conceito de linhas de atividades diretas na Gestão de Riscos, conforme melhores práticas internacionais, nomeado como Modelo das Três Linhas. Segundo o IIA (The Institute of Internal Auditors), o Modelo de Três Linhas ajuda as organizações a identificar estruturas e processos que melhor auxiliam no atingimento dos objetivos e facilitam uma forte governança e gerenciamento de riscos. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha. Esta segunda gestão do risco (2ª linha) retroalimenta então o processo de primeira gestão estabelecendo avaliações independentes e complementares sobre os riscos e controles gerenciados pela primeira linha. Após a atuação da primeira linha, o objetivo da segunda linha é identificar e quantificar os riscos, juntamente com seus respectivos controles, que poderão produzir desvios nos resultados dos negócios. Responsável também por estabelecer uma visão holística sobre o tema, devendo produzir alinhamento e integração entre as metodologias de gestão de riscos utilizadas em cada uma das operações da Companhia. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna da primeira e segunda gestão dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3ª linha).

O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos aos quais a Companhia está exposta. A Companhia desenvolveu dicionário próprio de riscos a fim de padronizar a linguagem em toda a organização com as seguintes categorias: riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais.

As análises e informações contidas nas próximas seções objetivam apresentar resumidamente o processo de gerenciamento de cada categoria de risco, explicitando como cada uma das categorias impacta nos negócios da Companhia e os procedimentos adotados para o controle e mitigação dos mesmos.

4.1. Riscos de mercado

Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconômicas que venham a impactar o valor dos ativos ou passivos da organização de maneiras distintas.

A gestão dos investimentos da Companhia é realizada através de política específica aprovada pelo Comitê de Investimentos. Esta política estabelece e descreve as diretrizes estratégicas que devem ser observadas na gestão dos ativos financeiros, incluindo limites, restrições e regras de diversificação visando que a alocação busque um volume de rentabilidade apropriado e assegure a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações. Como determinações desta política, constam alguns critérios dos quais a gestão de cada carteira deve contemplar, dentre eles:

- Metas de rentabilidade;
- Limites de risco;
- Prazos máximos para alocação dos ativos; e
- Liquidez mínima exigida.

Permanentemente, o Comitê de Investimentos, faz o acompanhamento da alocação e desempenho dos ativos com base nas suas estratégias de forma a possibilitar revisão e rebalanceamento periódicos.

Diariamente e de acordo com a Política de Investimentos é apurado o VaR (Value at Risk) e realizados Teste de Estresse (Stress Test) na carteira de investimentos para observar se a estratégia adotada está dentro do Apetite a Risco de mercado estabelecido. Os limites de VaR e do Teste de Estresse são revisados anualmente e definidos conforme Apetite a Riscos da Companhia.

4.2. Riscos de crédito

Os riscos de crédito estão relacionados com a possibilidade de devedores deixarem de cumprir um contrato ou deixarem de cumpri-los nos termos em que foi acordado.

Os limites relativos às aplicações financeiras são estabelecidos através de um Comitê de Crédito que se reúne mensalmente, podendo haver convocações extraordinárias quando necessário.

A composição da carteira da Companhia é segmentada em Letra Financeira do Tesouro (LFT) e cotas de fundo de investimentos administradas por instituição de primeira linha, não pertencente ao grupo.

Vale ressaltar que a Companhia não investe diretamente em crédito privado, tendo alocado sua carteira em títulos públicos e fundos classificados como renda fixa.

A carteira é composta de investimentos de baixo risco e de curto prazo, investidos em quase sua totalidade em títulos públicos federais e fundos com perfil semelhante, caracterizando, desta forma, um perfil conservador e de alta liquidez, classificando como insignificante os riscos de crédito e mercado.

4.3. Riscos operacionais

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou eventos externos que possam causar danos à Companhia.

O gerenciamento do risco operacional é um processo de aprimoramento contínuo, de maneira a acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade das operações.

Neste sentido, a Ouvidoria da Companhia desempenha um papel importante na busca pela excelência operacional. Esta compõe a segunda linha da organização, contribuindo para maior proximidade com os clientes, apurando os fatos, realinhando estratégias e criando soluções para que a experiência do cliente seja positiva.

A gestão dos riscos operacionais é realizada em linha com o processo de ERM da Companhia com foco na identificação, avaliação dos riscos e controles e na resposta aos riscos que violem o apetite a risco definidos pelo Conselho de Administração.

Além disso, a área de Controles Internos dá suporte ao processo de ERM ao realizar testes de aderência dos controles relacionados aos riscos operacionais.

O processo de identificação de riscos operacionais e seus respectivos controles é realizado em reuniões com os pontos focais de cada macroprocesso. Após o processo de identificação dos riscos operacionais, é realizada avaliação qualitativa desses riscos além das avaliações dos seus respectivos mitigadores, incluindo testes de controle dos riscos classificados como médio e alto. Esta metodologia também contempla avaliação financeira dos riscos identificados, sempre que possível, utilizando-se os dados constantes na base de dados da Companhia.

Utilizando-se as avaliações qualitativa e quantitativa dos riscos, classificam-se todos os riscos operacionais em risco alto, risco médio e risco baixo.

4.4. Riscos legais e compliance

Consistem nos riscos de perdas resultantes do não cumprimento de leis e/ou regulamentações. O risco legal pode ser decorrente de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais.

4.4.1. Gestão dos riscos legais

Com uma visão corporativa, o departamento jurídico da organização, junto com seus prestadores de serviço, realiza a revisão em todos os contratos firmados pela Companhia a fim de mitigar o risco legal de contratos, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da organização. A área jurídica atua também contribuindo com projetos para melhoria de gestão das causas judiciais além de sugestões de como evitar riscos legais nas operações.

4.4.2. Gestão dos riscos de compliance

A Companhia possui uma estrutura de compliance, a fim de adequar as suas atividades às determinações dos órgãos reguladores e fiscalizadores, mediante elevados padrões de integridade, excelência ética e aderência à legislação e normas internas.

O objetivo desta estrutura é agir com imparcialidade na gestão e monitoramento do risco de compliance, contribuindo para o cumprimento das leis e regulamentação aplicáveis aos negócios, por meio da conscientização de conduta legal, ética e transparente, que favoreça os interesses de empregados, clientes, acionistas e parceiros, bem como que previna e detecte violações as leis e regulamentação através da identificação e gestão do risco de compliance, assim como facilite a defesa das posições relativas à compliance da organização perante os órgãos reguladores.

4.5. Análise de sensibilidade

A tabela a seguir apresenta a análise de sensibilidade de variação da receita, obtida através da taxa dos fundos de investimentos sob Administração da Companhia. A análise foi aplicada sobre o PL sob administração do mês atual, desconsiderando dupla contagens e uma estimativa de taxa de administração média anual.

Foram consideradas três hipóteses, “provável”; “remoto”; e “improvável”, aplicados sobre a condição de perda de PL sob AUM.

As hipóteses consideradas contemplam reduções de -3%, -6% e -9% no PL.

	2022				2021			
	% de Queda	Perda Esperada	Estimativa de Receita	<> Receita	% de Queda	Perda Esperada	Estimativa de Receita	<> Receita
Provável	3%	(2.954)	95.498	-3%	3%	(3.044)	98.431	-3%
Remoto	6%	(5.907)	92.545	-6%	6%	(6.088)	95.387	-6%
Improvável	9%	(8.861)	89.591	-9%	9%	(9.132)	92.343	-9%

4.6. Gestão de capital

A SulAmérica monitora e reporta à sua administração mensalmente sua solvência através de relatórios gerenciais, indicando quando necessário a adequação de capital. Como avaliação dos possíveis impactos em capital, são realizados testes de estresse com o objetivo de simular eventos severos e condições extremas de mercado.

O BACEN, por meio do Regulamento Anexo II à Resolução nº 2.099, de 17/08/1994, com a redação dada pela Resolução nº 2.607, de 27/05/1999, regulou os critérios de apuração dos limites mínimos de patrimônio líquido compatíveis com o grau de risco da estrutura dos ativos (Acordo de Basileia) e limites máximos de diversificação de risco e de aplicação de recursos no ativo não circulante (imobilizado) e por meio das Resoluções nº 4.192 e nº 4.193, de 01/03/2013 e alterações posteriores, regulou os critérios para a apuração do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) bem como os procedimentos para o cálculo da parcela referente ao Risco Operacional. A Companhia optou pela abordagem do indicador básico e está enquadrada nos referidos limites das resoluções supracitadas.

A tabela, abaixo, demonstra a aderência do Patrimônio da Companhia ao capital regulatório exigido.

Descrição	2022	2021
Patrimônio de referência	93.932	91.696
Patrimônio de referência exigido	10.965	11.538
Margem limite de compatibilização	82.967	80.158

5. Títulos e valores mobiliários

2022

Descrição	Títulos para negociação		Total
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	
Cotas de fundos de investimentos	82.797	82.797	82.797
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos	82.797	82.797	82.797
Total	82.797	82.797	82.797
Percentual total - contábil		100,00%	100,00%
Total Circulante			82.797

2021

Descrição	Títulos para negociação		Disponível para venda		Taxa média de juros	Total
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil		
Títulos de renda fixa - públicos	-	-	51.753	51.387		51.387
Letras financeiras do tesouro	-	-	51.753	51.387	SELIC	51.387
Cotas de fundos de investimentos	10.082	10.082	-	-		10.082
Cotas de fundos de investimento não exclusivos	10.082	10.082	-	-		10.082
Subtotal	10.082	10.082	51.753	51.387		61.469
Percentual total - contábil		16,40%		83,60%		100,00%
Total Circulante						61.469

2022

Descrição	Sem vencimento	Até 1 ano	Mais de 1 ano e até 2 anos	Mais de 2 anos e até 5 anos	Mais de 5 anos e até 10 anos	Mais de 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Valor contábil
Instrumentos financeiros										
Aplicações financeiras	82.797	-	-	-	-	-	82.797	82.797	-	82.797
Títulos para negociação	82.797	-	-	-	-	-	82.797	82.797	-	82.797

2021

Descrição	Sem vencimento	Até 1 ano	Mais de 1 ano e até 2 anos	Mais de 2 anos e até 5 anos	Mais de 5 anos e até 10 anos	Mais de 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Valor contábil
Instrumentos financeiros										
Aplicações financeiras	10.082	-	-	51.753	-	-	61.835	61.469	(366)	61.469
Títulos para negociação	10.082	-	-	-	-	-	10.082	10.082	-	10.082
Disponível para venda	-	-	-	51.753	-	-	51.753	51.387	(366)	51.387

5.1. Análise de sensibilidade das aplicações

As métricas de risco utilizadas na elaboração das análises de sensibilidade das aplicações financeiras são:

- A metodologia de Value at Risk (VaR) paramétrico utilizando nível de confiança de 95% e ponderação maior para os retornos mais recentes. O conceito de VaR tem como objetivo quantificar qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança. É denominado VaR paramétrico por utilizar dois parâmetros para ser quantificado: volatilidade e correlação. São avaliados também os prazos de maturidade e duration nos quais cada ativo pode estar alocado. Diariamente, a carteira de investimentos é monitorada visando garantir que os limites e enquadramentos definidos sejam respeitados; e
- DV01(dollar-value ou value for one basis-point), que é uma forma conveniente e amplamente utilizada de se mensurar o risco de mercado dos ativos de renda fixa, verificando o quanto seu valor de mercado se altera (ΔP) na oscilação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. Para a apuração dos valores para renda variável, considera-se a variação de 1% na posição.

Em 31/12/2022 e 2021, o cálculo do ganho ou perda esperada em um dia no resultado e no patrimônio líquido através da metodologia VaR e da metodologia DV01, tem efeito zero.

5.2. Critérios adotados na determinação dos valores de mercado

Os ativos mantidos em carteira são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa,

Balcão (B3).

Os instrumentos financeiros foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração a valor de mercado, sendo:

(i) Nível 1:

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

(ii) Nível 2:

Informações, exceto os preços cotados (incluídos no Nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

(iii) Nível 3:

Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (informações não observáveis, modelos baseados em metodologias próprias), para o ativo ou passivo.

Nível 1

Títulos de renda fixa - públicos

Calculados com base nas tabelas de preços unitários de mercado secundário da ANBIMA.

Nível 2

Cotas de fundos de investimentos

Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada.

Descrição			2022
	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros			
Títulos para negociação	-	82.797	82.797
Disponível para venda	-	-	-
Total	-	82.797	82.797

Descrição			2021
	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros			
Títulos para negociação	-	10.082	10.082
Disponível para venda	51.387	-	51.387
Total	51.387	10.082	61.469

6. Outros créditos – rendas a receber

Descrição	2022	2021
Taxa de administração - fundos	2.313	2.681
Taxa de performance - fundos	2.239	2.392
Carteira administrada	501	574
Dividendos a receber	-	3.040
Total	5.053	8.687

7. Créditos tributários e previdenciários e tributos diferidos

Descrição	2022	2021
Impostos e contribuições a compensar (nota 7.1)	1.659	1.796
Créditos tributários (nota 7.2)	1.471	3.789
Débitos tributários (nota 7.2)	(1.190)	(1.044)
Total	1.940	4.541
Circulante	1.484	1.601
Não circulante	456	2.940

7.1. Impostos e contribuições a compensar

Descrição	Saldo em 01/01/2021	Adição	Atualização monetária	Baixa / Compensação	Saldo em 31/12/2021
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	386	109	5	(146)	354
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSLL	448	73	3	(82)	442
Programa de Integração Social - PIS	74	106	26	(49)	157
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	330	579	159	(225)	843
Total Circulante	1.238	867	193	(502)	1.796
Não circulante					195

Descrição	Saldo em 31/12/2021	Adição	Atualização monetária	Baixa / Compensação	Saldo em 31/12/2022
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	354	606	66	(867)	159
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSLL	442	348	41	(549)	282
Programa de Integração Social - PIS	157	42	-	(3)	196
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	843	193	-	(14)	1.022
Total Circulante	1.796	1.189	107	(1.433)	1.659
Não circulante					175

7.2. Créditos tributários de impostos e contribuições

Em 31/12/2022 e 2021, os créditos tributários são compostos da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 01/01/2021	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2021
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	4.813	115	(3.922)	1.006
Provisões	1.077	1.200	(1.077)	1.200
Amortização de ágio	1.197	-	(1.197)	-
Perda com ajuste a valor de mercado	251	359	(464)	146
Participações nos lucros	330	1.437	(330)	1.437
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	7.668	3.111	(6.990)	3.789
Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social	791	-	(791)	-
Total dos créditos tributários	8.459	3.111	(7.781)	3.789
Atualizações de depósitos judiciais	(995)	(49)	-	(1.044)
Total dos débitos tributários	(995)	(49)	-	(1.044)
Total	7.464	3.062	(7.781)	2.745

Descrição	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2022
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	1.006	37	(74)	969
Provisões	1.200	232	(1.068)	364
Perda com ajuste a valor de mercado	146	-	(146)	-
Participações nos lucros	1.437	68	(1.367)	138
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	3.789	337	(2.655)	1.471
Total dos créditos tributários	3.789	337	(2.655)	1.471
Atualizações de depósitos judiciais	(1.044)	(146)	-	(1.190)
Total dos débitos tributários	(1.044)	(146)	-	(1.190)
Total	2.745	191	(2.655)	281

As realizações dos créditos tributários de diferenças temporárias relacionadas, principalmente, às provisões para ações judiciais e obrigações fiscais, dependem de decisão definitiva e da data de encerramento desses litígios. De qualquer forma, os orçamentos de resultados futuros aprovados pela Administração da Companhia, comportam integralmente a realização dos créditos tributários constituídos sobre as diferenças temporárias e possuem expectativa de realização em até 05 anos.

O valor presente dos créditos tributários detidos pela Companhia, considerando as respectivas datas de realizações destes créditos, projetadas de acordo com o estudo de rentabilidade futura aprovado pela Administração da Companhia é de R\$1.097.

Os valores apresentados no quadro abaixo representam os créditos tributários não registrados contabilmente, em sua maioria composta por amortizações de ágio em investimentos, em função da ausência de perspectiva de realização dos montantes amortizados.

Descrição	Base	Ativo fiscal diferido não reconhecido
Diferenças temporárias - IRPJ	14.171	3.543
Diferenças temporárias - CSLL	14.211	2.132
Total	28.382	5.675

8. Investimentos

As principais movimentações no investimento até 31/12/2022 foram:

	Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A.	O10 Participações S.A.	Total
Saldo em 01/01/2021	14.362	88.819	103.181
Amortização do ágio e mais valia	-	(4.914)	(4.914)
Equivalência patrimonial (a)	17.833	(14.172)	3.661
Dividendos adicionais propostos	(12.148)	-	(12.148)
Dividendos intermediários	(1.260)	-	(1.260)
Dividendos obrigatórios	(3.040)	-	(3.040)
Saldo em 31/12/2021	15.747	69.733	85.480
Amortização do ágio e mais valia	-	(4.914)	(4.914)
Equivalência patrimonial (a)	17.643	(10.282)	7.361
Dividendos adicionais propostos	(12.899)	-	(12.899)
Dividendos intermediários	(15.750)	-	(15.750)
Transferência para passivo a descoberto (b)	-	9.906	9.906
Saldo em 31/12/2022	4.741	64.443	69.184

(a) A equivalência patrimonial da O10 Participações S.A. está sendo contabilizada com um mês de defasagem; e

(b) O montante de R\$9.906 relativo ao passivo a descoberto da O10 Participações S.A., está registrado na rubrica "Outras obrigações - Diversas".

	2022	
	Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A.	O10 Participações S.A.
Descrição		Total
Ativo	19.175	42.356
Passivo	13.907	81.987
Patrimônio líquido	5.268	(39.631)
Receita líquida	53.704	2.028
Lucro / (prejuízo) líquido do exercício	19.604	(34.811)
Percentual de participação (%)	90%	25%
Valor contábil do investimento (a)	4.741	(9.906)
Ágio	-	52.065
Mais valia	-	12.378
Quantidade de ações ordinárias	1.537.196	10.396.306

(a) O montante de R\$9.906 relativo ao passivo a descoberto da O10 Participações S.A., está registrado na rubrica "Outras obrigações - Diversas".

	2021	
	Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A.	O10 Participações S.A.
Descrição		Total
Ativo	38.613	31.994
Passivo	21.821	30.494
Patrimônio líquido	16.792	1.500
Receita líquida	53.727	3.275
Lucro líquido / (prejuízo) do exercício	19.110	(48.593)
Percentual de participação (%)	90%	25%
Valor contábil do investimento	15.747	375
Ágio	-	55.453
Mais valia	-	13.905
Quantidade de ações ordinárias	1.537.196	10.396.306

9. Outras obrigações – obrigações fiscais correntes

Descrição	2022	2021
Provisão para imposto de renda e contribuição social	2.916	50
Impostos e contribuições a recolher	1.085	1.098
Total	4.001	1.148
Circulante	4.001	1.148

10. Outras obrigações – provisões

Descrição	2022	2021
Participações de funcionários e encargos sociais a pagar	4.143	7.523
Provisões para passivos de ações cíveis, trabalhistas e obrigações legais (nota 13.2)	2.775	2.867
Outras	628	1.082
Total	7.546	11.472
Circulante	4.771	8.605
Não circulante	2.775	2.867

11. Outras obrigações – diversas

Descrição	2022	2021
Incentivo de ações	-	3.184
Outras (a)	10.355	158
Total	10.355	3.342
Circulante	10.355	3.342

a) A variação refere-se ao montante de R\$ 9.906 relativo ao passivo descoberto da O10 participações S.A em 31/12/2022.

12. Partes relacionadas

12.1. Transações

Descrição	Categoria	Controladora	Ativo		Passivo	
			2022	2021	2022	2021
Sul América S.A. (Incorporada pela Rede D'Or, conforme nota 1.1) (a) (b)	Controladora indireta	Sulasapar Participações S.A. Sul América Santa Cruz Participações S.A.	-	-	-	3.184
Rio's Capitalização S.A. (b)	Ligada		2	3	-	-
Sul América Companhia de Seguro Saúde (b) (f) (h)	Controladora	Traditio Companhia de Seguros Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	384	336	3	156
Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. (g)	Controlada		-	3.040	-	-
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (b) (f) (e)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	240	133	7	7
Traditio Companhia de Seguros (b) (f)	Controlada indireta	Saepar Serviços e Participações S.A.	1	4	3	2
Sul América Santa Cruz Participações S.A. (b)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	85	105	-	-
Sul América Serviços de Saúde S.A. (b) (c) (f)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	3	-	67	135
Sul América Odontológico S.A. (f)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	2	-	-	-
Total			717	3.621	80	3.484

Descrição	Categoria	Controladora	Receita			
			Semestre findo em 2022	Exercício findo em 2022	Semestre findo em 2021	Exercício findo em 2021
Sul América S.A. (Incorporada pela Rede D'Or, conforme nota 1.1) (b)	Controladora indireta	Sulasapar Participações S.A. Sul América Santa Cruz Participações S.A.	5	14	14	23
Rio's Capitalização S.A. (b)	Ligada		13	30	18	37
Saepar Serviços e Participações S.A. (b)	Controladora indireta	Sul América S.A.	-	-	-	6
Sul América Companhia de Seguro Saúde (b)	Controladora	Traditio Companhia de Seguros)	1.915	3.870	2.178	4.464
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (b)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	733	1.426	672	1.186
Traditio Companhia de Seguros (b)	Controlada indireta	Saepar Serviços e Participações S.A.	19	42	23	43
Sul América Santa Cruz Participações S.A. (b)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	470	966	576	1.173
Sul América Serviços de Saúde S.A. (b)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	11	11	-	-
Órama Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (i)	Coligada	Outros	159	248	191	381
Controladores, Pessoas Chave ou com Influência Significativa, seus respectivos familiares e suas respectivas empresas relacionadas (j)	Outros	Outros	44	87	40	69
Total			3.369	6.694	3.712	7.382

Descrição	Categoria	Controladora	Despesa	
			Semestre findo em 2022	Exercício findo em 2021
Sul América Companhia de Seguro Saúde (d) (h)	Controladora	Traditio Companhia de Seguros (nova denominação da SALIC)	(37)	(277)
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (e)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	(40)	(79)
Sul América Serviços de Saúde S.A. (c)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	(149)	(511)
Órama Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (i)	Coligada	Outros	(1)	(18)
Controladores, Pessoas Chave ou com Influência Significativa, seus respectivos familiares e suas respectivas empresas relacionadas (i)	Outros	Outros	-	(45)
Total			(227)	(930)

- (a) Refere-se a reembolso às empresas da Sulamérica que pagaram seus funcionários com Plano Geral de Compras de Ações (Stock Options) de emissão da Sulamérica S.A.;
(b) Valor referente à taxa de administração e gestão de 0,25% sobre o valor da carteira de ativos administrados, cuja liquidação é efetuada mensalmente;
(c) Valor referente ao seguro saúde dos funcionários da Companhia;
(d) Valor referente ao aluguel dos prédios da Nova Matriz e Pinheiros entre companhias do Grupo;
(e) Valor referente ao seguro de vida grupal e do plano de previdência complementar oferecido a todos os colaboradores;
(f) Valor referente à conta corrente, rateio e reembolso de despesas relativas à utilização de sistemas operacionais e estrutura administrativa entre empresas do grupo;
(g) Valor referente a dividendos a ser distribuído ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios;
(h) Valor referente ao seguro odontológico dos funcionários da Companhia;
(i) Valores referente à prestação de serviços; e
(j) Valor da taxa de gestão e administração, recebida pela SAMI e SAGA, de fundos exclusivos em que o pessoal-chave é cotista.

Até 31/12/2022, a Companhia pagou dividendos à controladora CIA. SAÚDE no montante de R\$15.750 (R\$13.574 em 2021). Adicionalmente, a Companhia recebeu dividendos no montante de R\$31.689 (R\$13.408 em 2021) da companhia SAGA.

12.2. Remuneração da Administração

O pessoal-chave da administração inclui os membros do Conselho de Administração, Presidente, Vice-Presidentes e Diretores Estatutários. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	Benefícios de curto prazo a administradores	Benefícios pós-emprego	Incentivo de ações(a)	Total
Contas a pagar				
2022	1.929	-	-	1.929
2021	2.759	-	3.184	5.943
Despesas				
Exercício findo em 31/12/2022	(1.932)	(135)	(2.592)	(4.659)
Semestre findo em 31/12/2022	(215)	(69)	(2.239)	(2.523)
Exercício findo em 31/12/2021	(6.127)	(128)	(965)	(7.220)
Semestre findo em 31/12/2021	(3.771)	(64)	(668)	(4.503)

(a) Despesa reembolsada à SASA referente a incentivo em ações a seus executivos (vide nota 3.7).

13. Depósitos judiciais e provisões para ações judiciais

13.1. Depósitos judiciais

Os saldos dos depósitos judiciais estão contemplados na rubrica "Outros créditos – depósitos judiciais" no ativo realizável a longo prazo e são compostos conforme demonstrado a seguir:

Descrição	2022	2021
Tributárias:		
COFINS	5.643	5.341
PIS	992	939
Imposto de renda	77	73
Outros	183	175
Trabalhistas e cíveis:		
Ações trabalhistas	38	36
Total	6.933	6.564
Não circulante	6.933	6.564

13.2. Movimentações das provisões para ações judiciais

Os saldos das provisões para passivos de ações cíveis, trabalhistas e obrigações legais estão contemplados na rubrica "Outras obrigações – provisões" (vide nota 10).

A movimentação das ações judiciais da Companhia está demonstrada a seguir:

Descrição	Saldos em 01/01/2021	Adições	Atualização monetária	Pagamentos / baixas	Saldos em 31/12/2021
Cíveis e trabalhistas:					
Trabalhistas (a)	9.805	-	443	(10.248)	-
Subtotal	9.805	-	443	(10.248)	-
Tributárias:					
PIS	324	-	5	-	329
COFINS	1.570	-	25	-	1.595
Honorários	920	9	19	(5)	943
Subtotal	2.814	9	49	(5)	2.867
Total	12.619	9	492	(10.253)	2.867
Não circulante					2.867

(a) Encerramento do processo número 00081003520065020039, após impugnação do laudo pericial contábil juntado aos autos, tendo ocorrido o pagamento da condenação remanescente junto com o valor referente ao depósito realizado em garantia.

Descrição	Saldos em 31/12/2021	Adições	Atualização monetária	Pagamentos / baixas	Saldos em 31/12/2022
Tributárias:					
PIS	329	-	16	-	345
COFINS	1.595	-	76	-	1.671
Honorários	943	19	65	(268)	759
Subtotal	2.867	19	157	(268)	2.775
Total	2.867	19	157	(268)	2.775
Não circulante					2.775

13.3. Obrigações fiscais

IRPJ

A Companhia impetrou Mandado de Segurança objetivando obter o reconhecimento judicial, no sentido de afastar a tributação pelo IRPJ, supostamente, incidente sobre receitas provenientes da correção com base na variação da Taxa SELIC, de débitos tributários apurados nos cálculos dos seus resultados fiscais. Na data de 24/09/2021, por decisão de sua maioria, o pleno do Supremo Tribunal Federal, sob o abrigo do Instituto da repercussão geral, firmou o entendimento de que tais receitas não deveriam submeter-se à tributação pelas exações do IRPJ. Esta manifestação do STF poderá ainda ser objeto de recursos que limitem a fruição dos benefícios por parte das autoras do Mandado de Segurança. Tendo em vista a distribuição de ação específica com vistas a garantir o pleno aproveitamento dos indigitados direitos subjetivos, conexos com tal disputa tributária, franqueou-se à Companhia a prerrogativa, no decorrer do ano de 2021, de reconhecer o benefício econômico proveniente desta mesma disputa judicial. O reconhecimento do benefício econômico a que fazemos alusão neste parágrafo foi corroborado pela posição firmada pelos advogados que patrocinam esta disputa, que reputam como provável a realização do aludido ganho, e encontra-se em ideal consonância com as disposições consignadas no Ofício IBRACON Circular nº 09/2021.

CSLL

A Companhia impetrou Mandado de Segurança objetivando obter o reconhecimento judicial, no sentido de afastar a tributação pela CSLL, supostamente, incidente sobre receitas provenientes da correção com base na variação da Taxa SELIC, de débitos tributários apurados nos cálculos dos seus resultados fiscais. Na data de 24/09/2021, por decisão de sua maioria, o pleno do Supremo Tribunal Federal, sob o abrigo do Instituto da repercussão geral, firmou o entendimento de que tais receitas não deveriam submeter-se à tributação pelas exações da CSLL. Esta manifestação do STF poderá ainda ser objeto de recursos que limitem a fruição dos benefícios por parte das autoras do Mandado de Segurança. Tendo em vista a distribuição de ação específica com vistas a garantir o pleno aproveitamento dos indigitados direitos subjetivos, conexos com tal disputa tributária, franqueou-se à Companhia a prerrogativa, no decorrer do ano de 2021, de reconhecer o benefício econômico proveniente desta mesma disputa judicial. O reconhecimento do benefício econômico a que fazemos alusão neste parágrafo foi corroborado pela posição firmada pelos advogados que patrocinam esta disputa, que reputam como provável a realização do aludido ganho, e encontra-se em ideal consonância com as disposições consignadas no Ofício IBRACON Circular nº 09/2021.

COFINS / PIS

A Companhia questiona judicialmente a legalidade da contribuição da COFINS e do PIS nos moldes previstos na Lei nº 9.718/1998, que determina a apuração das bases de cálculo mediante o cômputo da totalidade das suas receitas, entendendo como devido o produto das vendas de mercadorias e/ou serviços, requerendo sob a forma de compensação ou restituição, os créditos correspondentes aos valores pagos a esse título. Com a promulgação da Lei nº 11.941/2009, que revogou a ampliação da base de cálculo sobre outras receitas, passou, a partir da competência de 06/2009, a recolher as contribuições somente sobre a receita de sua atividade principal. Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a perda da demanda com base na receita da atividade principal e possível a perda da demanda referente à ampliação da base de cálculo (outras receitas), que não está provisionado por não se tratar de uma obrigação legal. Os valores relativos ao PIS e COFINS sobre a receita da atividade estão integralmente provisionados.

13.4. Contingências

Em 31/12/2022, o valor total em discussão dos processos fiscais cuja probabilidade de perda é classificada como possível pelos advogados que patrocinam as causas e pela Administração é de R\$25.963 (R\$22.808 em 2021), composto principalmente por auto de infração lavrado contra a Companhia, em que se questiona a dedutibilidade da amortização de ágio oriundo de incorporação da Sul América Investimentos S.A., nos anos calendários 2008 a 2010 e PIS e COFINS incidentes sobre a Receita Financeira.

Em 31/12/2022, o valor total em discussão dos processos judiciais trabalhistas especiais, cuja probabilidade de perda é classificada como "possível" é de R\$2.234 (R\$2.104 em 31/12/2021).

14. Patrimônio líquido

14.1. Capital social

O capital social da Companhia, em 31/12/2022 e 2021, é de R\$137.875, dividido em 46.249.559 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e totalmente integralizado, conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24/07/2019. São assegurados aos acionistas dividendos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em consonância com a legislação em vigor.

14.2. Reservas de lucros

O total das reservas de lucros da Companhia, em 31/12/2022, é de R\$10.934 (R\$14.347 em 2021), composto, basicamente, por reserva estatutária e pela constituição da reserva legal, que é calculada com base no lucro líquido apurado em cada balanço, sendo destinados 5% para a constituição da reserva legal, até que alcance 20% do capital social.

14.3. Distribuição de dividendos

Os acionistas da Companhia aprovaram, em Assembleia Geral Ordinária realizada em 29/03/2021, R\$4.814 para distribuição do dividendo obrigatório, correspondente a 25% do lucro líquido anual ajustado, pagos aos acionistas à razão de R\$0,10 (em reais) por ação, em 30/03/2021.

Em 25/10/2021, foi aprovada pelo Conselho de Administração a distribuição de dividendos intercalares, no montante de R\$8.760, com base no saldo de conta de lucro apurado em 30/09/2021, à razão de R\$0,19 (em reais) por ação, para pagamento a acionista a partir desta data, cuja parte do montante foi imputada aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício findo em 31/12/2021. Esta deliberação foi ratificada pelo Conselho de Administração, em 29/12/2021, de forma a corrigir a natureza dos dividendos para distribuição de dividendos intermediários.

Os acionistas da Companhia aprovaram, em Assembleia Geral Ordinária realizada em 29/04/2022, R\$1.073 para distribuição do dividendo obrigatório, correspondente a 25% do lucro líquido anual ajustado e R\$3.220 para distribuição de dividendo complementar, aos quais foram imputados parte dos dividendos intermediários declarados e pagos em 25/10/2021, conforme rerratificado em 29/12/2021, não tendo havido, desta forma, saldo de dividendo a ser pago à acionista.

Em 27/05/2022, foi aprovada pelo Conselho de Administração a distribuição de dividendos intermediários, no montante de R\$6.750, com base no saldo das reservas de lucro da Companhia, existentes em 31/12/2021, à razão de R\$0,15 (em reais) por ação, pagos em 27/05/2022. O dividendo intermediário declarado poderá ser imputado, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária, aos dividendos mínimos obrigatórios devidos aos acionistas da Companhia relativos ao exercício social que se encerrará em 31/12/2022.

Em 24/10/2022, foi aprovada pelo Conselho de Administração a distribuição de dividendos intercalares, no montante de R\$9.000, com base no lucro apurado no balanço patrimonial de 30/09/2022, à razão de R\$0,19 (em reais) por ação, pagos em 25/10/2022. O dividendo intercalar declarado poderá ser imputado, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária, aos dividendos mínimos obrigatórios devidos aos acionistas da Companhia relativos ao exercício social que se encerrará em 31/12/2022.

15. Distribuição do resultado

Descrição	2022	2021
Lucro antes dos impostos e participações	20.477	15.864
(-) Impostos e contribuições	(6.843)	(6.521)
(-) Participações	(1.297)	(4.824)
Lucro líquido do exercício	12.337	4.519
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(617)	(226)
Lucro líquido ajustado	11.720	4.293
Dividendos obrigatórios		
25% do lucro líquido ajustado	2.930	1.073
(-) Dividendos intermediários pagos e imputados aos dividendos obrigatórios	2.930	1.073
Saldo dos dividendos obrigatórios	-	-
Dividendos intermediários pagos	3.820	-
Dividendos intercalares pagos	4.970	3.220
Total dos dividendos	11.720	4.293

16. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

O resultado de operações com títulos e valores mobiliários totaliza R\$9.294 no exercício findo em 31/12/2022 (R\$2.827 em 31/12/2021) e R\$5.532 no segundo semestre de 2022 (R\$2.014 no segundo semestre de 2021), e é composto basicamente por rendimentos de títulos de renda fixa – públicos e de cotas de fundos de investimentos.

17. Receita de prestação de serviço

Descrição	Semestre findo em 31/12/2022	Exercício findo em 31/12/2022	Semestre findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2021
Administração de fundos de investimento	13.763	27.784	14.980	29.947
Administração de carteiras de títulos e valores mobiliários	3.234	6.698	3.744	7.453
Taxas de performance	2.639	4.113	1.339	7.578
Total	19.636	38.595	20.063	44.978

18. Despesa de pessoal

Em 31/12/2022 e 31/12/2021, no item pessoal próprio, estão incluídas as remunerações, os encargos e os benefícios a administradores. As despesas com pessoal próprio totalizam R\$15.586 em 31/12/2022 (R\$16.751 em 31/12/2021), R\$7.982 no segundo semestre de 2022 (R\$9.300 no segundo semestre de 2021).

19. Outras despesas administrativas

Descrição	Semestre findo em 31/12/2022	Exercício findo em 31/12/2022	Semestre findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2021
Processamento de dados	(1.218)	(2.233)	(994)	(2.201)
Repasse de comissão	(788)	(1.801)	(1.105)	(2.299)
Serviços de custódia	(1.409)	(3.000)	(1.626)	(3.251)
Propaganda e publicidade	(1.500)	(1.759)	(893)	(1.089)
Serviço técnico especializado	(589)	(1.060)	(606)	(1.091)
Aluguéis	(260)	(491)	(260)	(494)
Transporte	(319)	(603)	(83)	(101)
Material e manutenção de bens	(24)	(39)	(53)	(53)
Depreciações e amortizações	(2.556)	(5.111)	(2.544)	(5.070)
Outras despesas	(616)	(1.392)	(384)	(1.100)
Total	(9.279)	(17.489)	(8.548)	(16.749)

20. Outras receitas operacionais

Descrição	Semestre findo em 31/12/2022	Exercício findo em 31/12/2022	Semestre findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2021
Atualização monetária de depósitos judiciais	210	406	98	200
Outros	954	1.019	783	1.418
Total	1.164	1.425	881	1.618

21. Outras despesas operacionais

Descrição	Semestre findo em 31/12/2022	Exercício findo em 31/12/2022	Semestre findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2021
Variação monetária de passivos contingentes	-	-	38	38
Juros e multa de mora dedutível	(5)	(13)	(6)	(7)
Juros e multa de mora indedutível	(51)	(92)	(80)	(533)
Outros	1	(237)	(8)	(8)
Total	(55)	(342)	(56)	(510)

22. Reconciliação de imposto de renda e contribuição social

Descrição	Exercício findo em 31/12/2022		Exercício findo em 31/12/2021	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social	20.477	20.477	15.864	15.864
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(5.119)	(3.276)	(3.966)	(3.173)
Diferença de alíquota contribuição social	-	118	-	793
Alíquota nominal	25%	16%	25%	20%
Correntes:				
Adições:				
Provisões indedutíveis	-	-	(123)	(74)
Despesas não dedutíveis	(152)	(96)	(54)	(33)
Amortização de ágio	(1.229)	(758)	(725)	(469)
Outras	-	-	(1.229)	(736)
Subtotal	(1.381)	(854)	(2.131)	(1.312)
Exclusões:				
Resultado positivo de equivalência patrimonial	1.840	1.120	915	549
Reversão da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	23	16	2.438	1.463
Reversão de provisões não dedutíveis	523	312	-	-
Atualização de depósitos judiciais	92	57	30	18
Reversão da provisão sobre participação nos lucros	417	265	1.221	732
Benefício fiscal - Inovação tecnológica	4	3	-	-
Outras	462	278	-	-
Subtotal	3.361	2.051	4.604	2.762
Prejuízo fiscal e base negativa:				
Compensações	213	116	303	182
Redução de incentivos fiscais	247	-	30	-
Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente	(2.679)	(1.845)	(1.160)	(748)
Diferidos:				
Reversão - Crédito tributário prejuízo fiscal / base negativa	-	-	(501)	(289)
Reversão - Créditos tributários sobre diferenças temporárias	(1.358)	(814)	(2.359)	(1.416)
Débitos tributários sobre atualizações de depósitos judiciais	(92)	(55)	(30)	(18)
Despesas com imposto de renda e contribuição social diferido	(1.450)	(869)	(2.890)	(1.723)
Despesas com imposto de renda e contribuição social	(4.129)	(2.714)	(4.050)	(2.471)
Alíquota efetiva	20,16%	13,25%	25,53%	15,58%
Alíquota efetiva combinada	-	33,41%	-	41,11%

Descrição	Semestre findo em 31/12/2022		Semestre findo em 31/12/2021	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social	10.901	10.901	134	134
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(2.725)	(1.839)	(33)	(27)
Diferença de alíquota contribuição social	-	118	-	7
Alíquota nominal	25%	16%	25%	20%
Correntes:				
Adições:				
Provisões para ações judiciais e obrigações fiscais	17	10	112	68
Provisões indedutíveis	-	-	(123)	(74)
Despesas não dedutíveis	(127)	(81)	(32)	(20)
Amortização de ágio	(615)	(389)	-	-
Outras	-	-	(1.272)	(789)
Subtotal	(725)	(460)	(1.315)	(815)
Exclusões:				
Resultado positivo de equivalência patrimonial	823	510	(860)	(516)
Reversão da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	23	16	2.438	1.463
Reversão de provisões não dedutíveis	(73)	(46)	(331)	(199)
Atualização de depósitos judiciais	51	32	21	13
Reversão da provisão sobre participação nos lucros	326	210	719	431
Benefício fiscal - Inovação tecnológica	(1)	-	-	-
Outras	31	7	-	-
Subtotal	1.180	729	1.987	1.192
Prejuízo fiscal e base negativa:				
Compensações	15	9	(198)	(107)
Redução de incentivos fiscais	212	-	(9)	-
Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente	(2.043)	(1.443)	432	250
Diferidos:				
Constituição - Crédito tributário prejuízo fiscal / base negativa	-	-	3	2
Reversão - Créditos tributários sobre diferenças temporárias	(128)	(76)	(1.550)	(930)
Débitos tributários sobre atualizações de depósitos judiciais	(51)	(30)	(21)	(13)
Despesas com imposto de renda e contribuição social diferido	(179)	(106)	(1.568)	(941)
Despesas com imposto de renda e contribuição social	(2.222)	(1.549)	(1.136)	(691)
Alíquota efetiva	20,38%	14,21%	847,76%	515,67%
Alíquota efetiva combinada	-	34,59%	-	1363,43%

23. Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes alocados diretamente no patrimônio líquido

Descrição	2022	
	Ativos financeiros disponíveis para venda	Total
Base de cálculo	365	365
Imposto de renda	(91)	(91)
Contribuição social	(55)	(55)
Total	(146)	(146)
Líquido	219	219

Descrição	2021	
	Ativos financeiros disponíveis para venda	Total
Base de cálculo	262	262
Imposto de renda	(66)	(66)
Contribuição social	(39)	(39)
Total	(105)	(105)
Líquido	157	157

24. Administração de fundos de investimentos e carteiras administradas

Os patrimônios líquidos, em 31/12/2022, dos fundos de investimento e carteiras administradas pela Companhia somados àqueles geridos pela sua controlada SAGA totalizavam R\$ 54.695.539 (R\$48.321.771 em 2021), sendo R\$18.606.291 (R\$15.987.363 em 2021) provenientes da Rede D'or. e suas controladas, e R\$36.089.248 (R\$32.334.408 em 2021) provenientes de clientes institucionais (fundos de pensão, seguradoras e empresas), distribuidores externos e clientes pessoa física